

Cem moderados assinam manifesto anti-Ulysses

Documento que critica autoritarismo no partido será lido amanhã da tribuna por Machado

O deputado Expedito Machado, coordenador da bancada do PMDB do Ceará, deverá ler da tribuna da Constituinte, amanhã manifesto com mais de 100 assinaturas, de um grupo que se intitula Centro Democrático, fazendo contundentes críticas ao estilo autoritário com que o deputado Ulysses Guimarães preside o partido, tomando decisões sem consultar seus integrantes.

"Os que falam em nome do partido não interpretam o sentimento da maioria. Não aceitaremos essa marginalização e por isso vamos divulgar um documento em que alinhamos nossa posição em face da cúpula partidária. Queremos dizer que existimos e estamos dispostos a influir nas decisões do partido", dizia ontem Expedito Machado.

sustentando que, pelo contrário, ele e seus companheiros estão empenhados em um esforço para obrigar a cúpula partidária a democratizar as decisões internamente.

Segundo Expedito Machado, o grupo moderado do PMDB defende negociações políticas em torno de um mandato de cinco anos para o atual Presidente da República. Ele não descarta a hipótese de negociações em torno da implantação do parlamentarismo e revela que ele e seus companheiros estão estudando a proposta apresentada pelo senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo.

O grupo Centro Democrático quer examinar mais detidamente a pauta que a Executiva Nacional está preparando para a convenção nacional do partido, que se realizará nos dias 13 e 14 de junho. "Queremos examinar a pauta para tomar uma posição", avisou Expedito Machado.

NEGOCIAÇÃO

Ontem, o líder do PMDB, Luiz Henrique, esteve muito cedo no gabinete do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que detém ampla influência sobre esse grupo, para apelar no sentido de adiar o documento, se não desse para sepultá-lo. Ele teme que o

texto atinja a figura do presidente Ulysses Guimarães. O Centro Democrático aceitou deixar para depois, até porque as 120 assinaturas que dizem possuir não foram colhidas ainda.

O deputado Expedito Machado, líder do grupo, reafirmou que tem cem assinaturas, enquanto Marcos Lima fala em 120. O líder Carlos Sant'Anna pensa que talvez acabem na linha do antigo movimento Unidade do PMDB, que anunciou mas nunca divulgou seu manifesto. Agora, ele acha que existe até possibilidade de se chegar à divulgação, mas será um texto mais de protesto.

Sant'Anna, contudo, admitiu ontem que tem identidades enormes com esse grupo, admitindo-o como o embrião de um projeto que visa formar a sustentação do Governo no Legislativo em termos permanentes, somando essa fração do PMDB à de outros partidos com o mesmo pensamento.

Ele assegura que o texto não fala em mandato, mas segundo Marcos Lima, os integrantes do grupo aceitarão negociar em torno dos cinco anos, preferindo seis na sua maioria. Quatro, nunca. O problema, segundo o líder governista, não está aí, mas na responsabilidade que esses moderados acreditam ter na transição democrática.

Sant'Anna descarta as preocupações de Luiz Henrique e acha que talvez o primeiro documento do Centro Democrático acabe obrigando o grupo a providenciar um segundo texto, mais claro, expondo suas idéias.



Mandato deve ficar em 4 anos

A cúpula do PMDB está convencida de que não restará outra alternativa ao presidente Sarney senão aceitar o mandato de quatro anos que será fixado pela Constituinte como norma permanente. Os líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso estão certos de que o Presidente vai tentar uma negociação direta com a Constituinte, mas não acreditam que ele venha a ter êxito.

O Presidente ainda tinha esperança de obter mandato de seis anos numa negociação em torno do parlamentarismo. O parecer do senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, propõe a implantação do parlamentarismo, no último ano de governo do atual Presidente da República, fixando o mandato em quatro anos.

Foi recebida com ironia em amplas áreas do PMDB a proposta do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, no sentido de que se aproveitasse sugestão do deputado paranaense Borges da Silveira que dispõe sobre a introdução do parlamentarismo, mantendo seis anos de mandato para Sarney.

"O Sarney vai esperar muito, mas não tem meio de evitar a redução de seu mandato para quatro anos", sentença um importante líder do PMDB, lembrando que o Governo perdeu inteiramente o controle sobre a situação econômica-financeira e que a perspectiva é de agravamento ainda maior da situação.

"Há muitos fatores inflando na redução do mandato para quatro anos e nenhum apontando para seis anos", afirma o mesmo líder dando como consumada a diminuição do mandato de Sarney.

O senador Afonso Camargo, 3º vice-presidente nacional do PMDB, classificou de histórica a decisão de ontem da executiva, convocando convenção nacional para os dias 13 e 14 de junho. "Agora, conseguimos desengessar o PMDB, pois esta convenção vai dinamizar a vida do partido", disse.

O senador paranaense afirmou que o partido terá de se definir a respeito da política mais adequada para vencer a crise econômica, bem como sobre a fixação do mandato do atual Presidente da República e a forma de governo mais conveniente ao Brasil, se o presidencialismo ou o regime parlamentarista.

DETERIORAÇÃO

Afonso Camargo teme que a convenção se realize muito tarde. "daqui a 30 dias, quando a situação econômico-financeira poderá ter atingido um grau de deterioração inimaginável". Para ele, em 30 dias no Brasil costumam ocorrer acontecimentos capazes de alterar radicalmente uma determinada situação.

— Do meu ponto de vista — disse Camargo — a convenção teria sido marcada para data mais próxima. No Brasil, numa situação dessas, os acontecimentos ganham grande velocidade e ninguém sabe o que pode acontecer.

Arraes ajuda estabilidade, diz Presidente

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, é importante para a estabilidade democrática, disse ontem o presidente José Sarney ao prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, na tentativa de demover a posição de Arraes, que chegou a anunciar o seu rompimento com o presidente Sarney em desaprovado à escolha do atual ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, deputado do PFL. Sarney mandou dizer que foi uma imposição do partido, para manter a Aliança Democrática, já que ia perder o Gabinete Civil da Presidência da República.

Sarney fez sérias queixas sobre a divisão do PMDB, afirmando que nem a autorização que pediu para se ausentar do País, em viagens importantes para solucionar as questões nacionais, foi aprovada. Ele voltou a pregar a necessidade do pacto social, por entender que é a única forma de combater os problemas.

Vasconcelos disse que o PMDB precisa se unir para vencer a crise e apresentar sugestões ao presidente Sarney, porque é de sua responsabilidade. Ele acha que faltou iniciativa, tanto do PMDB quanto de Sarney, para combater a crise, observando que o partido não deve considerar o Presidente fraco. "Falta mais ousadia para vencer os problemas", disse o prefeito recifense.

O prefeito acha que a situação foi agravada nos últimos 15 dias, e para resolvê-la é preciso que o Governo, os empresários, os trabalhadores e os políticos sentem-se à mesa.

Vasconcelos foi pedir ao presidente Sarney um empréstimo de Cz\$ 1 bilhão para sanear as finanças da capital pernambucana. Ele disse que pagará o crédito no próximo ano, quando houver elevação da receita municipal, em decorrência do processo inflacionário.

Não há poire que chegue

"Mas aí não há poire que chegue. E ele é muito caro" — com esta observação bem-humorada, seguida de um leve sorriso, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, respondeu ontem ao grupo de peemedebistas que reclama das reuniões que faz em caráter fechado e que são regadas a licor de poire (pera), bebida de sua predileção. "Todavia, negou que estivesse lidando com o documento de protesto contra essa ação que vem sendo gerido pelo Centro Democrático, com o apoio de coordenadores de bancada e do líder do Governo, Carlos Sant'Anna."

O presidente Ulysses Guimarães afirmou que desconhece o documento e que só vê referências a ele na imprensa. Dirigindo-se a alguns repórteres, perguntou se eles conheciam o texto. E ouviu que embora existam algumas versões ele é basicamente contra as

decisões fechadas da "república do convalescente e regadas a poire". Ele então riu e disse que ninguém ainda lhe falou oficialmente sobre isso.

Depois, acrescentou que não vê propósito nesse movimento, alegando que reúne sempre a Executiva, está de acordo com as reuniões da bancada e costuma receber de 30 a 40 deputados por dia em seu gabinete. "Não sei no que se possa dizer que é uma orientação pessoal ou demonstração de autoritarismo" — prosseguiu, demonstrando subliminarmente que conhece o conteúdo do texto do Centro Democrático, que tem exata mente essa linha de redação.

"Eu entendo daquilo que faço", acrescentou Ulysses, dizendo que dá tudo de si ao PMDB e luta pela coesão e unidade do partido, como requer as normas de fazer política.

CENSURA

No documento que pretende ler amanhã da tribuna da Assembleia Constituinte, o deputado Expedito Machado recrimina a forma autoritária com que Ulysses Guimarães dirige o PMDB, tomando deliberações da maior importância sem consultar a grande maioria dos peemedebistas.

— Agora, temos condições de afirmar — disse Expedito ontem — que constituímos o maior grupo isoladamente dentro do PMDB, muito maior do que o chamado grupo Ulysses Guimarães. E não excluimos a hipótese de que tenhamos a maioria absoluta dos membros do PMDB em nosso grupo.

Expedito Machado negou que seu grupo tenha qualquer objetivo divisionista,

Sarney remonta aliança de centro-esquerda

Convencido de que o presidente Sarney prepara-se para remontar uma aliança política de centro-direita para defender a fixação de seu mandato em cinco ou seis anos pela Constituinte, o senador Afonso Camargo, 3º vice-presidente nacional do PMDB, defendeu uma campanha de mobilização a cargo de seu partido para que a eleição direta destinada a escolher o futuro presidente seja estabelecida em novembro de 1988.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, atropelado pela decisão unânime da executiva do PMDB em convocar reunião da bancada para o dia 19 e convenção nacional para os dias 13 e 14 de junho, está dizendo a alguns dos seus correligionários no Congresso que o presidente Sarney só poderá reverter esse quadro se tomar medidas de impacto, incluindo a reformulação de sua base de sustentação política.

A REFORMULAÇÃO

Por reformulação da base de sustentação política deve-se entender a formação de um bloco parlamentar com 100 ou 130 moderados do PMDB, PFL, PTB,

PDS e PL. Segundo as discussões internas de Sant'Anna com alguns dos seus companheiros, esse bloco se constituiria com base em um programa mínimo para vencer a crise.

Além disso, o presidente Sarney promoveria uma reformulação ministerial para que sua equipe de auxiliares imediatos refletisse a nova base de sustentação política do Governo. Sant'Anna disse a alguns parlamentares que o Presidente terá de agir rápido para remontar uma sólida base parlamentar de um lado e, de outro, apresentar uma estratégia para vencer a crise econômico-financeira.

O manifesto do grupo Centro Democrático, que já está com mais de 100 assinaturas, segundo o deputado Expedito Machado, representa o resultado de um esforço desenvolvido pelo líder Carlos Sant'Anna e alguns coordenadores de bancadas — à frente o próprio Expedito e o coordenador da bancada mineira, Marcos Lima — para identificar os amigos do Presidente da República dentro do PMDB.

Um dos políticos mais intimamente ligados ao presidente Sarney dizia, ontem, para um

grupo de jornalistas que "a bola está com o Presidente". E argumentava que Sarney não tem outra alternativa, se quer ficar mais de quatro anos no poder, senão promover uma reformulação em sua base de sustentação política.

O deputado Antônio Mariz, que tem uma posição independente dentro do PMDB, não considera consumada a fixação de um mandato de quatro anos. Mariz acredita que parcela expressiva do partido pressiona Sarney com o espectro do mandato de quatro anos "na tentativa de obrigá-lo a tomar algumas medidas urgentes para conjurar a crise". Mariz julga que Sarney ainda tem condições para negociar o mandato de cinco anos.

O deputado Ibsen Pinheiro, um dos primeiros vice-líderes do PMDB na Câmara, acredita que o presidente Sarney ainda detém condições para negociar um mandato de cinco anos se aceitar uma negociação em torno da implantação do regime parlamentarista. Como a maioria dos parlamentares do PMDB gaúcho, Ibsen Pinheiro se declara favorável à introdu-

ção do regime de gabinete no Brasil, argumentando que o sistema presidencialista tem sido uma fonte de crises institucionais no País.

Entre os amigos de Sarney há os que esperam que ele tome a iniciativa de comandar uma reformulação de sua aliança política e há os que se contentariam com um bloco de fato funcionando com parte do PMDB, PFL, PTB, PDS e PL, sem a necessidade de um rompimento do Governo com a cúpula peemedebista.

De qualquer maneira o bloco está sendo articulado pelo líder Carlos Sant'Anna. Para mostrar como Sant'Anna já está cuidando da formação desse bloco de amigos de Sarney no PMDB, o deputado baiano Viana Neto revelava que o deputado George Viana, do PMDB da Bahia, sugeriu um nome para a presidência da Cobal em seu Estado. O presidente Sarney pediu que ele levasse a indicação a Sant'Anna que, até hoje, não a liberou.

— O Sant'Anna vai distribuir posições, agora, aos amigos do Presidente — disse Viana Neto.

Mandato divide subcomissão do Poder Executivo

O presidente José Sarney terá que lançar mão das mais variadas armas do convencimento político à disposição do Executivo para tentar inviabilizar a sugestão contida no anteprojeto do relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável à fixação do seu mandato em quatro anos e à introdução do sistema neoparlamentarista de governo.

Apesar de o Presidente não ter sido apanhado de surpresa pelo relatório de Fogaça, segundo garantiu ontem à tarde o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, se o Palácio do Planalto não se movimentar com eficiência até o próximo dia 21, data a partir da qual o anteprojeto já poderá ser votado, a subcomissão fixará para Sarney o prazo de quatro anos.

De acordo com 10 dos 24 titulares da Subcomissão do Poder Executivo, o mandato do Presidente não deve ultrapassar os quatro anos. Dos restantes 14, sete são favoráveis ao prazo de seis anos, três preferem cinco anos e dois ainda não se decidiram. Já entre os 15 suplentes, sete querem quatro anos para Sarney, dois defendem apenas cinco, três são favoráveis a seis anos e um único está indeciso.

Em que pese o senador Fernando Henrique Cardoso haver informado que o Presidente não se sentiu constrangido com a proposta favorável ao prazo de quatro anos, o presidente da Subcomissão do Poder Executivo, deputado Alêrico Filho (PMDB-MA), sobrinho de Sarney e defensor da tese de seis anos, pressionou o senador José Fogaça neste fim de semana para que este optasse pelo prazo de cinco anos para o chefe do Governo.

Consciente de que sua proposta poderá vir a ser alterada por uma emenda a ser

apresentada nos próximos cinco dias, desde que aprovada durante a apreciação do anteprojeto, Fogaça disse que para defender quatro anos para Sarney e a adoção do neoparlamentarismo realizou uma pesquisa aleatória junto a cerca de 80 por cento dos membros das subcomissões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

— Meu relatório — afirmou — não é um simples fruto da tendência majoritária do PMDB e a favor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Um dado da pesquisa realizada por Fogaça para compor seu anteprojeto, no entanto, não se transformou em proposta de seu relatório: a tese da reeleição, defendida pela maioria dos membros das três subcomissões que compõem a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Para desprezar a possibilidade de incluir em seu anteprojeto a reeleição para cargos do Executivo (Presidente da República, governador e prefeito), Fogaça baseou-se, neste capítulo específico, em suas convicções pessoais. Consciente, entretanto, de que a proposta será reapresentada através de uma emenda ao relatório original.

A inclinação inicial dos membros da Subcomissão do Poder Executivo por um mandato de quatro anos, contudo, sofreu forte oposição por parte do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos principais articuladores, ao lado do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), do grupo Centro Moderado. Na avaliação de Expedito Machado, membros da subcomissão, serão garantidos em primeira instância cinco anos de governo ao presidente José Sarney.

Manifestação só no momento oportuno

"Não cabe ainda uma manifestação pública do presidente José Sarney", disse, ontem, o porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, ao comentar o anteprojeto do relator da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, senador José Fogaça (PMDB-RS), que institui o parlamentarismo a partir de janeiro de 1988.

Ainda em relação ao anteprojeto o porta-voz disse tratar-se de "uma determinada proposta de uma subcomissão, parte de um processo legislativo. A matéria cabe ainda análise das forças político-partidárias, ainda mais que o partido do qual o senador José Fogaça é filiado ainda não se manifestou, oficialmente, sobre a questão". Segundo Frota Neto, nesta maté-

ria como nas demais "o Governo tem fases e níveis de negociação".

ACOMPANHAMENTO

Ainda de acordo com Frota Neto, o presidente Sarney como cidadão e chefe da Nação vem acompanhando os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mas não pode manifestar sobre cada passo dos trabalhos. "No momento certo e oportuno ele saberá participar", limitou-se a dizer.

Na opinião do porta-voz, há ainda muito espaço para negociação e lembrou que "o pressuposto da negociação é o entendimento que cedo ou tarde acabará ocorrendo através de uma decisão legislativa".